

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: desafios e possibilidades da inserção profissional na política de educação.*

Denise Ribeiro de Lima*
Orientadora: Profª. Gisele Nunes

INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FRANCISCANO – IESF

RESUMO

O espaço escolar é um ambiente social em que cada um, tem a sua realidade, é dever da escola preparar os indivíduos para a vida em sociedade, e para que isso ocorra com melhor desempenho, seria importante que houvesse um profissional capacitado junto ao corpo educacional para assim lidar com as questões sociais vivenciadas na escola. Portanto este trabalho é resultado de estudos realizados acerca do assistente social está inserido na política de educação, destacando os apontamentos teóricos de alguns autores, tendo como maior objetivo compreender a importância do Assistente Social no interior das instituições de ensino regular. Expor como este profissional pode contribuir juntamente à equipe multiprofissional da escola, propondo métodos e estratégias através de seus conhecimentos técnicos, fazendo a mediação entre a família-escola-sociedade. Mais adiante segue o objetivo de compreender quais os limites que o assistente social enfrenta, para está inserido no contexto escolar, e quais suas possibilidades que poderão contribuir com ações que tornem a educação como uma prática de inclusão social, de formação da cidadania e emancipação dos sujeitos sociais. Por tanto, o presente artigo se fundamenta em pesquisa bibliográfica acerca da temática, que tem como objetivo entender o que alguns autores vêm discutindo a cerca da inserção desse profissional no âmbito escolar.

Palavras-chaves: Política de Educação, Equipe Multiprofissional, Serviço Social.

1 INTRODUÇÃO

A escola é considerada um espaço social de educação que considera no seu pleno o desenvolvimento humano, através de processos metodológicos e didáticos viabilizando a aprendizagem dos discentes, permitindo a vivência e a troca de experiências entre indivíduos que fazem parte do contexto escola.

O presente estudo tem por finalidade analisar a inserção do Assistente Social no âmbito educacional. Nesse sentido, a problematização consiste em entender como os autores do Serviço Social vêm discutindo a temática mediante as publicações teóricas metodológicas na intenção de contribuir para reflexões e discussões colocando seus respectivos pontos de vista, mostrando a importância deste profissional no espaço escolar, e no auxílio de inúmeras demandas existentes nas instituições de ensino.

Desse modo, está pesquisa trata sobre a inserção do assistente social na política de educação, levando em consideração suas competências e contribuições acerca da possível execução de suas atividades no âmbito escolar. O processo de construção desta pesquisa

* Artigo Científico apresentado ao Curso de Serviço Social do Instituto de Ensino Superior Franciscano para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

* Graduanda do 8º período do Curso de Serviço Social do Instituto de Ensino Superior Franciscano.

permitiu identificar os limites que impedem a inserção de sua atuação e as inúmeras possibilidades, que podem contribuir juntamente com a equipe multiprofissional, para o enfrentamento das problemáticas existentes no contexto educacional. A inserção na Política de Educação representa para o Serviço Social uma possibilidade de contribuir para a efetivação do direito à educação por meio de ações que promovam o acesso e a permanência da população na escola, assim como a qualidade dos serviços no sistema educacional.

Assem na primeira seção trata dos apontamentos teóricos a cerca da política de educação no Brasil, iniciando com seu contexto histórico, ao longo de sua trajetória, fundamentado de acordo com alguns autores que contribuíram a partir dessa temática, como Almeida (2011), Bittar, Bittar (2012), Gadotti (2008), os quais fazem relevantes reflexões acerca do conteúdo abordado. Na segunda seção trata do estudo tenciona sobre a inserção do assistente social na equipe multiprofissional da escola, e como esse profissional pode contribuir junto a essa equipe, de forma que haja uma interação de vários profissionais no campo educacional no objetivo de solucionar questões, respectivamente sociais, que são enfrentadas no cotidiano escolar.

Na terceira serão colocados em pauta os limites e as possibilidades do profissional de Serviço Social na política de educação, este estudo tem como objetivo, através de fundamentos teóricos, demonstrar as limitações que o profissional enfrenta, e destacando suas possibilidades e ainda, as contribuições que este profissional tende trazer ao âmbito escolar, como a aproximação da família, relacionando escola-aluno-família, na efetivação do direito à educação e promovendo uma instância permanente do aluno na escola.

Para se chegar a esses apontamentos o método de pesquisa adotado foi através de pesquisa bibliográfica, onde foi absorvido o entendimento de vários autores a respeito dessa temática, como forma de contribuir no processo de discussão sobre o serviço social na educação, buscando componentes para uma reflexão a respeito da não inserção do assistente social diretamente na escola, mesmo com todas as competências e possibilidades possíveis para a atuação desse profissional.

Contudo o referido método faz a construção lógica, possibilitando fundamentar teoricamente os instrumentos lógicos, que concedem informações precisas sobre modificações, referente à trajetória do Serviço Social, mostrando suas grandes transformações, para que deste modo fique mais claro a interpretação da realidade educacional que se almeja compreender a atuação profissional do assistente social na educação.

2 APONTAMENTOS TEÓRICOS ACERCA DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL.

A política de educação brasileira destaca-se pelo enfrentamento das condições da sociedade capitalista. Constitui-se uma tática de intervenção do estado em procurar assegurar as condições necessárias para a reprodução, que resultar em luta de classes trabalhadoras dando rumo aos seus processos de formação. Portanto partindo das lutas de classes pelos seus direitos sociais, é que se impulsiona a produção de consciência própria, ou seja, autônoma. Contudo entender a política educacional e toda sua trajetória é resgatar momentos marcados na história de legislações, mudanças institucionais, relações com a dinâmica de crises da sociedade do capital, e da realidade de força de trabalho da real situação brasileira, (ALMEIDA, 2011).

No período que compreende os anos de, 1930 e 1960, o Brasil passou por diversas manifestações na sua estrutura onde sucederam na construção de um Sistema Nacional de Educação Pública. A educação expõem ideologias provocando o interesse de grupos distintos e opostos como a Igreja Católica e os setores conservadores que tinham o intuito de manter a burguesia e a hegemonia desta classe. Mais especificamente no ano de 1932, foi mantida a tradição histórica conduzindo a Política Nacional da Educação e o grupo dos setores liberais que aderiram à prática de ideais da Escola Nova propondo que crianças e adolescentes pudessem estudar nas escolas públicas dos sete anos aos 15 anos de idade. (BITTAR, BITTAR, 2012).

Apesar do interesse em permanecer a supremacia de determinados grupos importantes na sociedade, como a Igreja Católica, a Escola Nova foi um marco na história da política de educação. Segundo o documento intitulado como a “reconstituição educacional no Brasil: ao povo e ao governo” que teve circulação nacional em 1930, à educação nacional não detinha de uma finalidade ou método de aplicação, por isso possuía falhas. Nesse caso a educação não deveria atender a interesses econômicos alimentando as divergências sociais mais deveria ser vista com um impactante ponto para a reconstrução da democracia.

Desta forma durante o período de 1930 e 1964 aconteceram várias reformas institucionais no Brasil, contudo não havendo a diminuição do problema do analfabetismo e de quatro anos de escolaridade para crianças, por que o Estado Nacional conduzia a política educacional daquela época. Com a ascensão de Getúlio Vargas no poder, em 1930, foi criado o Ministério da Educação e da Saúde Pública e com a reforma de 1931, onde Vargas pede aos educadores para que oferecessem ao governo um tipo de “sentido pedagógico da revolução”.

Foi criado um Sistema Nacional de Educação e também o Conselho Nacional de Educação, com a proposta de assessorar o Ministério da Educação (BITTAR, BITTAR, 2012).

Com essa reforma, ficou determinado que o ensino secundário ficasse classificado em dois ciclos, que seria o ensino fundamental de cinco anos e o complementar de dois anos, compreendendo a escolarização sucessivamente seguinte aos quatro anos do ensino primário, que, por sua natureza seletiva, acabava favorecendo os filhos da elite. A ação do movimento conhecido como Nova Escola uma Reforma acessível, visto que, incorporou uma imposição posta pelo Manifesto dos pioneiros da educação nova de 1932¹, que tratava da criação da universidade como forma de escolaridade mais selecionando “os melhores”, aqueles que estivessem na escola e supostamente demonstrasse a capacidade para ser universitário, nessa época que foi criada a primeira Universidade de São Paulo (USP). (BITTAR, BITTAR, 2012).

Após alguns conflitos a respeito do debate educacional e na elaboração constitucional, então surge uma nova Constituição de 1937 que foi amparada pelo Brasil no que diz respeito a educação consolidando o que era dever do Estado em ação supletiva o que antes era dever do Estado. No Sistema Educacional Brasileiro durante a ditadura o governo aderiu uma das reformas que mais prevaleceu na época, conhecida como a Reforma de Capanema (1942-1946), que é um conjunto de Leis Orgânicas do Ensino que estabeleciam o ensino técnico profissional e englobaram um sistema paralelo oficial como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). (BITTAR, BITTAR, 2012).

No decorrer dos oito anos do “Estado Novo”, foram criados vários órgãos e entidades na sociedade civil em incumbência de lutar a área da educação especialmente a universidades e aos movimentos estudantis. É importante ressaltar que foi a União Nacional de Estudantes (UNE), fundada em 1937 que defrontou a ditadura e Estado presente no Brasil lutando em diversos setores como social, cultural e político do País. Com o término da ditadura de Vargas no Brasil, consagraram-se os direitos individuais e assegurou a liberdade de pensamento, a Constituição Republicana (1946) confirmou que o direito à educação seria gratuita e obrigatória para todas as crianças brasileiras no ensino primário. A Constituição de 1946 vem trazendo a lei específica para a educação brasileira: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)² que foi aprovada apenas em 1961. (BITTAR, BITTAR, 2012).

¹ Refere-se a um documento escrito por 26 educadores, em 1932, com o título A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo, que teve a finalidade de oferecer diretrizes para uma política de educação. Menezes (2001).

² A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil (da educação básica ao ensino superior). Pacievitch

Segundo Gadotti (2008) para entender melhor sobre a trajetória da história da educação brasileira alguns historiadores dividem em três períodos:

1º) do descobrimento até 1930: período em que predominou a educação tradicional, centrada no adulto e na autoridade do educador, marcadamente religiosa, e o ensino privado;

2º) de 1930 a 1964: depois de uma fase de confronto entre o ensino privado e o ensino público, predominam os ideais liberais na educação com o surgimento da "escola nova", centrada na criança e nos métodos renovados, por oposição à educação tradicional.

3º) o período pós-64, iniciado por uma longa fase de educação autoritária dos governos militares, em que predomina o tecnicismo educacional. Depois de 1985, tem início uma transição que dura até hoje, revelando o enorme atraso em que o país se encontra em matéria de educação para todos (GADOTTI, 2008, p.01).

O autor vem mostrando que, no decorrer desses três períodos, fica claro que no primeiro período onde a educação não era direito de todos; no segundo período houve um avanço significativo na política de educação, onde o ensino já não era mais privativo e eram utilizados métodos renovadores adotados pela Escola Nova que eram o oposto do método tradicional. Por fim no terceiro período, a educação era regida de forma autoritária de técnicas educacionais onde os docentes e os discentes eram meros receptores e executores, dos métodos exigidos pelo governo militar que predominou por muitos anos.

Segundo Gadotti (2003), a educação só se torna possível se expandir havendo uma sociedade capaz de estar em pleno desenvolvimento no seu sistema educacional, pois uma sociedade moderna e democrática tem como evoluir-se cada vez mais. O Brasil optou por um padrão de desenvolvimento capitalista, que coloca a educação em segundo plano, e é por isso que o governo vem se omitindo lentamente da sua responsabilidade de educar muitas das vezes transferindo a educação para mão de empresas particulares, tornando um negócio, como o autor mesmo diz uma “traficância”.

Quando falamos em desenvolvimento do País, não podemos somente nos referir ao econômico, por que mesmo que a economia esteja em alta as outras vertentes deixam a desejar. Como afirma o autor Gadotti (2003), “o desenvolvimento econômico é apenas uma parcela se, por exemplo, um país de terceiro mundo cresce no seu setor econômico por causa do petróleo então por que não ser capaz de crescer igualmente nos demais setores como: político, social, cultural e científico”. Significa que para um país desenvolver-se por completo é preciso a longo prazo mais coletivamente, numa prática popular e democrática.

O Brasil têm no seu campo econômico, certo grau de expansão que por sua vez não foi desenvolvido num sistema social e político, que acaba colocado os custos dessa crescente economia para o trabalhador que sente o peso no bolso pagando todo o preço sem mesmo se beneficiam. Uma parte desse peso cabe também aos professores que anos antes tinham 12 alunos por semana, tinham tempo suficiente para organizar aulas, corrigir provas,

entre outras atividades e o salário compensava, mas com o regime militar passaram a ministrar 44 aulas muita das vezes tendo que trabalhar três turnos para ganhar um salário melhor.

Para analisarmos e conhecermos ainda mais sobre a política e o cenário educacional e como é indispensável a presença do assistente social nas escolas, é preciso compreender como são traçadas as comunicações, relações e as ações que ocorrem nos espaços escolares. De acordo com o pensamento de Freire onde diz que a escola não é somente um espaço do aprender e ensinar, mais é também um lugar de formação e socialização (FREIRE, 1996).

2.1 A inserção de equipes multiprofissionais no âmbito escolar

As equipes multiprofissionais são caracterizadas por compartilhar conhecimentos e técnicas numa mesma equipe composta por diferentes profissionais fazendo uma intervenção entre relações sociais e institucionais.

A composição e a gestão colegial instituem o conjunto de regras, dando condições aos meios utilizados para assegurar um funcionamento de qualidade na entidade escolar, de forma que se obtenha uma boa educação. Tanto nos recursos humanos, materiais financeiros e intelectuais, quanto na coordenação e acompanhamento do trabalho dos funcionários.

Para os autores Libâneo, Oliveira e Toschi (2005, p.293),

O uso de recursos compreende-se a escolha racional de meios compatíveis com os fins visados e a adequada utilização desses recursos, que assegure a melhor racionalização possível desses fins.(...) Por coordenação e acompanhamento compreendem-se as ações e os procedimentos destinados a reunir, a articular e a integrar atividades das pessoas que atuam na escola, para alcançar objetivos comuns.

Os autores vêm demonstrando que dentro da gestão escolar estão às ações e as estratégias, que visam articular e direcionar as atividades de todos os funcionários que trabalham na instituição. Trata-se de uma administração participativa onde o aprendizado, não seja só dentro da sala de aula, mais também, compartilhada aos demais docentes. Sendo assim, é importante que essa equipe use seus conhecimentos, para superar as dificuldades usando metodologias e buscando ajusta-se para fortalecer vínculo entre os profissionais.

A questão que se coloca e que desafia cada um que habita a escola, seja ele professor, funcionário ou aluno, é que a diversidade adicionada ao inesperado é fator desencadeador de grande parte das situações que são referidas como difíceis ou problemáticas (AMARO, 2017, p. 23).

Bento (2007) observa que dentro da esfera pedagógica, não conta em suas ramificações, a equipe multidisciplinar, onde seria de grande relevância para o gerenciamento

das demandas apresentadas nas escolas. Contribuirá como uma ajuda além das salas de aula, pois os problemas em sala, já são alcançados pelo professor. Mas sim, questões do cotidiano, tanto psicológicas como sociais, onde é necessário que haja intervenção de outros profissionais para agir nessas problemáticas, pois o professor não está capacitado para lidar com essas demandas.

A gestão de uma equipe multidisciplinar é feita por profissionais capacitados, ou seja, com formações acadêmicas diferentes e que trabalham em equipes com o mesmo propósito. O trabalho multiprofissional é realizado com responsabilidade, respeitando assim os outros profissionais, já que, todos desenvolvem seus trabalhos pensando na equipe, de forma que cresça o coletivo, objetivando a melhoria e qualidade dos serviços prestados (BENTO, 2007).

Fica claro que para se desenvolver um bom trabalho em equipe, é importante que cada profissional respeite o espaço do outro, fortalecendo assim, a união entre categorias distintas. O respeito entre profissionais é de suma importância, pois, os mesmos desenvolverão exercer um trabalho coletivo, sendo que cada profissional tem uma especificidade diferente dos demais profissionais.

Dentre esses aspectos onde nos referimos ao exercício da profissão, existe uma Lei que regulamenta a ação do profissional junto à equipe de profissionais da escola pública, no propósito de desenvolver uma maior qualidade para o ensino-aprendizagem dos alunos.

O projeto de Lei nº 3688/2000, no art. 1º e no inciso 1º e 2º, decreta que o trabalho do assistente social deverá atender as redes públicas de educação básica por meio de equipes multiprofissionais atuando como forma de impulsionar a qualidade de ensino-aprendizagem e colocar a comunidade escolar em contínua participação intervindo nas relações sociais e considerando o projeto político pedagógico. (BRASIL, 2000).

A equipe multiprofissional no campo educacional deve trabalhar juntamente com educadores, permitindo que todos façam parte de uma mesma ação, trocando conhecimento na busca de solucionar objetivos traçados. É explícito os privilégios acerca das orientações de uma multidisciplinaridade que beneficia e influencia no ensino-aprendizagem e no desenvolvimento de crianças e adolescente.

A escola é vista como um dos principais campos sociais, pois é nela que os alunos manifestam a sua realidade social. É nesse sentido que surge a necessidade da integração do assistente social à equipe multidisciplinar para atuar juntamente com outros profissionais usando seus conhecimentos teóricos metodológicos e técnico operativo em diversas situações

com: trabalho infanto-juvenil, desemprego dos pais, drogas, fome, violência doméstica, exclusão social, evasão escolar, entre outras complexidades.

Nesse contexto Amaro (2017) aponta que, o assistente social ao ser inserido na escola junto à equipe multidisciplinar, usa seu conhecimento técnico operativo para analisa as demandas escolares em todos os fatores e fenômenos que incidem, dialogando com a equipe, com os alunos e se necessário com a família, buscando compreender as causas que levam os alunos a se evadirem da escola, pra que isso ocorra, é necessário que esse profissional estude o contexto social de cada aluno, para poder intervir em determinadas situações.

A atuação do assistente social é marcante. Parte-se á construção esclarecimento (a partir da realização de contatos com a família e suas redes de relações para compor o estudo social da situação) e a identificação de forma de agir diante de cada caso, orientando os agentes da escola (professores, gestores) e, quando necessário a família.(AMARO, 2017.p. 47).

A autora vem mostrando que, o assistente social é um profissional preparado para lidar com as complexidades dos alunos, seja ela, familiar ou escolar. O mesmo desenvolve seu trabalho através de um estudo social, esse estudo é um instrumental próprio do serviço social. É através desse estudo que o profissional analisa sua forma de intervir diante de cada caso, orientando os professores e gestores, como se deve agir diante das problemáticas apresentadas pelos alunos.

Perante o exposto, a escola constitui-se um dos espaços de intervenção do assistente social, que é um profissional habilitado para atuar no enfrentamento das mazelas sociais, através da orientação social as famílias, do fortalecimento dos vínculos das mesmas, do desenvolvimento de suas potencialidades a no propósito de alcançarem a emancipação social (FALEIROS, 2010).

O profissional de Serviço Social estará atuando diretamente com os problemas sociais educacionais, onde vale evidenciar que este profissional não substituirá, de forma alguma, no exercício de outros profissionais que formam a equipe educacional da escola. Para este profissional o desafio ainda é grande para trabalhar com uma intervenção qualificada. O trabalho do assistente social na equipe multidisciplinar da escola busca dar suporte para a equipe técnica pedagógica, auxiliando no enfrentamento de questões de caráter social que muitas vezes a escola não sabe com intervir.

É importantíssimo que o profissional de Serviço Social na equipe multiprofissional da escola, integrando-se na educação pública com o intuito de favorecer e contribuir para melhores condições de acesso aos direitos constitucionais trabalhando diretamente com os alunos, professores, coordenadores, gestores incluindo-os nesse processo.

3 O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: LIMITES E POSSIBILIDADES.

O Serviço Social é uma profissão regulamentada no Brasil pela Lei nº. 3252/1957, seguidamente revogada pela Lei nº. 8.662/1993, visto que as suas primeiras escolas surgiram no país na década de 1930. É reconhecida como um tipo de especialização do trabalho coletivo, que tem como propósito considerar em seu projeto ético-político a estruturação da cidadania, com o intuito de contribuir no processo de construção de uma sociedade mais justa, crítica, produtiva e democrática.

A profissão tem uma grande importância com relação à Educação por ter a possibilidade de contribuir para a efetivação do direito à educação através de ações que proporcionem o acesso e a permanência dos indivíduos na escola, trabalhando as relações interpessoais e grupais, e mantendo a qualidade dos serviços no sistema educacional.

Considerando as inúmeras possibilidades de intervenção do Assistente Social na política educacional, a amplitude da atuação deste profissional no campo da educação ainda atravessa alguns limites para exercer sua autonomia profissional com competência crítica, propositiva, numa perspectiva de totalidade.

Conforme Souza,

O leque de atuação do exercício profissional é extenso, assim como, as possibilidades de articulação com outras áreas do campo do saber. O campo da política da educação, por exemplo, representa uma atuação mais ampla do serviço social – Secretaria de Educação, Conselho de Educação, Escola nos diferentes ciclos/níveis de formação, na elaboração, gestão, coordenação de programas e projetos, realização de pesquisas, diagnóstico sociais, pareceres e outras ações. (SOUZA, 2008, p.95)

É interessante pontuar o destaque do autor, quando se refere ao assistente social ter um leque de atuação extenso, porém quando atribui à área da educação, torna-se visivelmente mais amplo por serem capacitados para atuarem nessa área em vários setores, como: secretarias, conselhos escolares, na escola propriamente dita com elaboração de projetos, diagnósticos, pesquisas, programas sociais entre outras ações. Constatase que as políticas implementadas ainda não são consideráveis para garantir a atuação direta do assistente social dentro das escolas, valorizando suas habilidades, competências e atribuições.

Nos últimos anos vem tramitando no senado o projeto de lei que se remete á inclusão do profissional de serviço social na política educacional, como o projeto 3688/2000, no qual versa a inclusão do assistente social e psicólogo nas escolas publicas. Destacando que

o conjunto CFESS/ CRESS tem dado uma atenção diferenciada ao desmonte da política educacional e a ineficiência do ensino; no entanto é de suma importância que se mobilize a classe pela aprovação desses projetos e que se inclua o assistente social nesta política.

A inserção do Serviço Social no cenário educacional é sem dúvida um desafio, pois se configura ainda como um campo a ser explorado e efetivado.

“[...] dimensão educativa do trabalho do assistente social deve ser consolidada, não apenas em termos de valorização de sua inserção nas unidades educacionais, mas do seu envolvimento com os processos sociais, em cursos, voltados para a construção de uma nova hegemonia no campo da educação e da cultura, dos quais os educadores trazem significativos acúmulos e tradição, seja no campo do pensamento intelectual, seja nas ações profissionais e políticas.” (ALMEIDA, 2005, p.25).

A atuação profissional não deve estar focada somente na sua valorização nas unidades educacionais, mais sim no desenvolvimento da construção influente no processo social. Ou seja, deverá esta envolvida num processo de aquisição de conhecimentos, que é algo necessário para que haja a evolução da cultura, possibilitando os indivíduos a executar uma nova direção política e cultural, que significa rebelar-se através de forças sociais das diferentes formas de alienações e submissões.

A ação do assistente social deve partir do vínculo criado entre a profissão e as classes sociais, por colocar num processo de prática, os indivíduos por meio do trabalho profissional na maneira de pensar e de agir. Contudo, essa missão educativa esta contida no projeto ético político da profissão, e tem o propósito de contribuir nas relações pedagógicas entre o assistente social e o usuário de seus serviços, favorecendo uma maior participação dos sujeitos envolvidos através da compreensão crítica sobre a realidade obtendo recursos institucionais para a construção de ações estratégicas na luta e conquista de uma classe hegemônica.

É através do Código de Ética profissional que se direciona o compromisso ético político para o exercício da profissão do assistente social, que tem como atuação de caráter sociopolítico, crítico e interventivo, que utiliza um instrumental científico multidisciplinar das Ciências Humanas e Sociais, inserido nas mais diversas áreas (saúde, previdência, educação, habitação, lazer, assistência social, justiça, etc). Com a função de planejar, gerenciar, administrar, executar e assessorar políticas, programas e serviços sociais. O valor ético principal é o comprometimento na ampliação da liberdade autônoma na emancipação dos seus direitos e plena expansão dos indivíduos da sociedade. (IAMAMOTO, 2015).

A autora defende que compromisso real é com os indivíduos proporcionando-os a autonomia, expandindo seus valores na forma de transformá-los em agentes ativos na sociedade capazes de adquirirem seus direitos tendo livre arbítrio para exercê-los. De acordo

com Yamamoto (2015 p.78) [...] “o compromisso com o cidadão exige a defesa dos direitos sociais tanto em expressão legal, preservando a ampliando a conquista da coletividade já legalizada quanto em sua realidade ativa”. É nessa perspectiva que o profissional tem sido como um mediador dos direitos buscando construir uma cultura democrática pública colocando a sociedade como agente questionador.

Segundo Faleiros (2015) essa profissão não é considerada liberal por que a sua condição de trabalho é de assalariado de acordo com o desenvolvimento capitalista, a profissão passa uma visão de ser caridosa e misericordiosa mais que por outro lado, na verdade o profissional vende sua força de trabalho e acaba se enquadrando nas condições e explorados. É por essas divergências que a profissão também esta em constante luta pelos seus direitos batendo de frente com tramitações burocráticas e adiantamentos de suas solicitações, e por esses motivos que são utilizadas estratégias de comunicação com a sociedade para amenizar a espera da solução de suas problemáticas, população com o auxílio desses profissionais obtêm efeitos ideológicos, políticos e econômicos e um fortalecimento do poder popular.

Segundo Faleiros onde afirma que:

[...] a atuação profissional teórica e política se manifesta na luta ideológica para levar o Serviço Social a desculpabilizar à população das situações-problema que em seu imaginário apresentam as questões do cotidiano como resultantes de falhas individuais ou falta de sorte (FALEIROS, 2015, p. 75).

Os assistentes sociais apesar de pouca predominância social e salários baixos, configuram-se uma categoria muito destemida com resistência nos seus sonhos e lutas passando por barreiras, enfrentando limites na construção de uma história estruturando o futuro no presente. O Serviço Social sendo uma profissão regulamentada e considerada liberal, ainda perpassa por alguns limites que impossibilitam a execução de seu trabalho, uma delas é a falta de recursos financeiros, humanos e técnicos (IAMAMOTO, 2015).

O enfrentamento desses limites está no fortalecimento de uma gestão democrática dentro da escola defendendo o seu campo de trabalho, suas atribuições e qualificações profissionais, além de suas rotinas institucionais, buscando compreender o movimento da realidade, as tendências e possibilidades.

Para Almeida, a prática do assistente social na escola significa;

[...] analisar sua inserção na área de educação não como uma especulação sobre a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mais como uma reflexão de natureza política e profissional sobre a função social da profissão em relação a estratégias de luta pela conquista da cidadania, através da defesa dos direitos sociais e das políticas sociais (ALMEIDA, 2000, p.2).

Portanto, a inclusão do profissional de Serviço Social na Educação não se vê apenas como um caminho para o alargamento do mercado de trabalho, mais sim, pela importância da atribuição social da profissão, que tem como objetivo usar métodos que proporcionem a conquista da cidadania defendendo os direitos sociais de cada um.

De acordo com os apontamentos de Santos (2009), ao se deparar com a relação entre educação e serviço social, justifica-se que as maiores contribuições que o profissional de serviço social pode disponibilizar para a educação, é a aproximação da família ao contexto escolar, exercendo um maior contato. Esse profissional poderá compreender melhor os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam as relações sociais vistas como “problemáticas” na esfera educacional, podendo assim, planejar e implementar métodos preventivos, evitando que determinadas situações se repitam.

O exercício profissional do assistente social, na escola pública, reconhece que o sujeito nas suas inúmeras transformações social, que vem ocorrendo nos últimos anos, acaba proporcionando o seu saber, como elemento impulsionador das reflexões políticas junto aos segmentos populacionais, auxiliando os indivíduos a reconhecerem seus direitos e deveres, caminhando, assim, junto á cidadania (ALMEIDA, 2000).

Piana (2009) aponta que, o assistente social tem uma visão crítica sobre a realidade e a complexidade dos sujeitos, portanto, esse profissional com seu conhecimento teórico metodológico, vem criando estratégias para transformá-la de acordo com seus conhecimentos sob a direção do seu projeto político-profissional, usando assim a mediação.

A ação profissional do assistente social é formada e fortalecida no cotidiano, diante das demandas apresentadas pela sociedade usuária da prática desse profissional.

Conforme afirma Martinelli:

Mediações são categorias instrumentais através das quais se processa a operacionalização da ação profissional. Expressam-se através do conjunto de instrumentos, recursos, técnicas e estratégias com as quais a ação profissional ganha operacionalidade e concretude. (MARTINELLI, 1993, p. 136)

Logo, é na prática diária, adentrando o cotidiano que o assistente social vai fundamentar suas intervenções, enriquecendo o exercício da profissão. Tomando como base o contato diverso com os usuários e diferentes demandas possibilitando assim, uma melhor atuação, abrangendo todas as instâncias referentes à prática profissional garantido uma resposta qualificada e reflexiva às demandas apresentadas.

O assistente social inserido no espaço educacional pode favorecer a efetivação da democratização da educação, na luta pela ampliação do acesso da população à escola pública;

dando acesso ao poder decisório no âmbito escolar e mantendo a relação da escola com a comunidade, a família e a sociedade.

A partir do entendimento de Almeida (2012, p.93)

Partimos, portanto, de um princípio muito caro aos assistentes sociais, muito embora não lhes seja exclusivo, que é o da luta em defesa a ampliação dos direitos sociais e humanos. Este tem sido norte da mobilização e organização dos assistentes sociais nas últimas décadas e que se materializa em um projeto profissional construído coletivamente, sintonizado e articulado aos movimentos, empreendidos por várias forças sociais, voltados para a construção de formas de solidariedade e participação política e denunciem e enfrentem as desigualdades sociais.

Embora não seja algo restrito ao serviço social, a mobilização social para promover a cidadania e a garantia de direitos tem sido o principal ponto da profissão. A busca pela emancipação dos sujeitos e execução dos direitos destes, é a base para a prática profissional do serviço social. Buscando promover a luta contra a desigualdade social derivada da contradição do capital x trabalho.

Assim, demonstra-se a importância do assistente social (profissional do serviço social) integrar a equipe de ensino da área de educação, pois podemos contribuir com melhoria das condições da constituição do Direito à Educação Pública, atuando principalmente no processo de inclusão de crianças e adolescentes em idade escolar (CFESS, 2002, p.12)

A ação profissional do assistente social junto à equipe escolar contribuirá na forma de significativa no que diz respeito de melhorar as condições através dos direitos de são expostas à Educação Pública, que é o da criança e adolescente em idade escolar está frequentando a escola. Desta forma, posicionará a melhoria dos direitos à educação.

De acordo com Martins (1999), a escola é o local mais adequado para estimular o crescimento e o desenvolvimento, quando aliado a família, há formação na íntegra do indivíduo, sendo ambos os responsáveis pelo bom andamento da aprendizagem de crianças e adolescentes, fazendo uso de mecanismos, como conselho de classe, ampliações dos acervos de informações. No que diz respeito à atuação do assistente social na instituição de ensino, que de forma precisa irá estimular a vivência cordial e o aprendizado no processo democrático interligando a escola com a comunidade.

Contudo, a escola é uma instituição preparada para desenvolver os valores sociais dos sujeitos (alunos e familiares), sendo capaz de prepará-los para viver em sociedade. É explícito o quão é relevante o trabalho com grupos de famílias no contexto escolar, como forma de contribuir para o fortalecimento e aprendizagem dos indivíduos, para que vivam em sociedade, tanto as crianças e adolescentes, quanto seus pais e/ou responsáveis.

É nesse contexto que o profissional de serviço social se enquadra, fazendo com que a família esteja envolvida, no propósito de adquirir ainda mais conhecimentos a cerca de

seus direitos e deveres. Dessa forma, fica evidente a contribuição do assistente social na educação com o propósito de garantir os direitos pertinentes àquele público, atendendo os alunos em contato com a família e a sociedade como um todo, implantando, elaborando projetos, orientando, informando e encaminhando quando for necessário.

Sendo assim, fica entendido que para se alcançar de forma íntegra a criança e do adolescente.

O processo educativo supõe e exige diálogo e participação ativa de todos os envolvidos ou constituir-se-à, em múltiplos níveis, instrumento eficaz de discriminação e de esforço de distinções. Educação não é preenchimento de vazios, mesmo quando está em tela a educação formal a ser desenvolvida na escola. [...] É incoerente pensar educação enquanto processo ativo e participativo emudecendo e imobilizando interlocutores ou a reduzindo a um processo escolar que se faz pela negação dos processos educativos mais amplos de uma sociedade (MADEIRA, 1998, p.76-77)

É a partir dessa circunstância que a atuação do assistente social na escolar, tem uma contribuição significativa pelos seus conteúdos curriculares, com temas que são ministrados na escola. Comumente são colocadas em pauta inúmeras questões que permeiam a cidadania, a realidade social, a situação social, questões políticas, culturais e econômicas da sociedade, também destacando direitos e deveres que o cidadão deve exercer. Sendo assim compreende-se a educação escolar como sendo, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais:

[...] uma prática que tem a possibilidade de criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para contribuir instrumentos de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas e culturais diversificando e cada vez amplas, condições estas fundamentais para o exercício da cidadania na construção de uma sociedade democrática e não excludente (LDB, 1997, p.45).

Através da educação escolar é possível que os alunos adquiram capacidades de absorver conhecimentos necessários, acerca de entendimento da realidade que o cerca, colocando-o em meio de relações sociais, políticas e culturais, para que desde então estejam familiarizados, para assim poder exercer a sua cidadania. Sendo assim mais uma vez podemos notar a necessidade do profissional de serviço social nessa área como forma de contribuir deixando menos complexo às questões de relações sociais, simplificando em amplo escalão para os alunos, como viver em sociedade.

Segundo Martins, indica que:

A política de educação, especialmente a educação básica, é reconhecidamente um espaço que encerra uma amplitude de possibilidades de intervenção dos assistente social, no sentido de efetivar juntamente com os outros sujeitos que atuam nessas instituições um trabalho coletivo dirigido à ampliação e conquista dos direitos sociais e educacionais (MARTINS, 2012, p.260).

O assistente social na política de educação poderá trabalhar juntamente com todos os membros da comunidade escolar, onde terá a possibilidade de estimular um processo meditativo envolvendo a percepção objetiva da vida social de cada, suas condições sociais e históricas vivenciadas na sociedade, o profissional assume um caráter emancipatório e fortalecedor pela luta de classes subordinadas.

A política de educação se caracteriza como um campo revolucionário e de extrema importância para atuação do assistente social. Segundo Braga (2012) a inserção dos assistentes sociais na política de educação assim como os outros profissionais poderá fortalecer a democratização desse espaço. “Assim também o desenvolvimento da categoria profissional nesse debate, na perspectiva do nosso projeto ético político profissional” (BRAGA, 2012, p. 257). O autor afirma a importância da efetivação desse profissional na área da educação atribuindo possibilidades de ampliação e garantia dos direitos da população..

O autor ainda aponta que “o interesse coletivo dos assistentes sociais em articular com os outros sujeitos coletivos na luta contra a barbárie do capitalismo e, portanto, contribuir para a construção de uma política de educação emancipatória, necessária para a materialização de “uma outra” sociedade fundada na liberdade, justiça social, equidade, autonomia e na plena expansão dos indivíduos sociais. (BRAGA, 2012, p. 257).

Nesse contexto, o assistente social inserido na política de educação apresenta um grande fator interventivo em busca de uma melhor implantação e distribuição dessa política, em prol da sociedade menos favorecida objetivando o alcance da mobilização social rumo ao pleno funcionamento da política de educação para toda a sociedade. Tendo como base uma idéia sobre o contexto social tendo como foco a intervenção na sociedade em todos os campos sociais, o profissional de serviço social é formado e preparado para essa prática.

Nesse sentido, Andrade, afirma que:

Está capacitado para definir estratégias e táticas de intervenção que combina com análises de conjunturas e análise de situações, interferindo em processo de produção e reprodução do social nos níveis organizacional, singular coletivo e do tecido social (ANDRADE, 2005, p.95).

A prática investigativa do profissional é seguida de reflexões a respeito do contexto social e histórico. Nesse caso, a análise do cotidiano servirá de base para a atuação profissional dentro da educação, buscando agir dentro das produções e reproduções sociais onde os alunos se inserem, conhecendo sua realidade. Desta forma este profissional tem como trabalhar como um mediador entre a relação família-escola. Para Martins (1999) essa relação é uma possibilidade do assistente social no exercício de sua profissão, no que diz: “que com o

compartilhamento de decisões e responsabilidades no processo educativo dos alunos, há um mecanismo de cogestão para que haja a construção de uma escola mais democrática”.

Essa participação democrática, da família e dos alunos na gestão da escola pública, configura-se com sendo uma atribuição do assistente social, pelo fato de concretizar um projeto sociopedagógico que convém com à realidade dos indivíduos que são usuários desse serviço público, tendo a democracia como seu principal artifício de defesa (MARTINS, 1999).

A democratização da educação não é somente garantir o acesso e a permanência dos estudantes na escola, mais sim intensificar o processo de construção da gestão democrática no espaço institucional pública, colocando todos os representantes da comunidade escola nesse processo, principalmente os alunos e a família. (MARTINS, 1999).

Considerando que a família é a base pela qual a criança tem seus primeiros ensinamentos, onde começam a aprender a respeitar, obedecer ter alguns limites ente outros, é nesse sentido que o acompanhamento familiar na escola fortalecerá o aprendizado formando um alicerce onde favorece ao aluno desenvolve-se e torna-se um cidadão capaz de viver em sociedade, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em os subsídios para atuação dos assistentes sociais na educação esclarece que:

A educação é complexo constitutivo da vida social, que tem uma função importante na dinâmica da reprodução social, que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção. Este contexto assume predominantemente o caráter de assegurar a reprodução dos contextos sociais das formas de apreensão do real, do conjunto de habilidades técnicas, das formas de produção e socialização do conhecimento [...] (CFESS, 2012, p.16).

Ressalta-se que a educação é como uma dimensão voltada para a vida social e tem função na dinâmica do trabalho na forma de transformação e de construção de identidades, possibilitando uma emancipação, pois além de ser reprodutora das desigualdades, passa a ser instrumento de ruptura com a alienação e com a concordância da conformidade da sociedade atual. Sendo a educação uma política pública, procura desenvolver o senso crítico do aluno, deve conhecer e respeitar a realidade social, cultural e econômica dos alunos, tendo um conhecimento geral da comunidade na qual o educando encontra-se inserido.

Sendo assim, o profissional de Serviço Social, inserido na escola tem como intuito de contribuir com as ações de inclusão social, de formação da cidadania e emancipação dos sujeitos, para que, juntos, possam trabalhar com a educação, com a consciência, com a oportunidade de que as pessoas tornem-se sujeitos de sua própria história.

É de grande relevância a atuação do profissional do Serviço Social na escola, pelo fato de saber trabalhar com programas estratégicos no intuito à prevenção e combate dos problemas sociais, desta forma este profissional busca promover o encontro da educação com a realidade social do aluno, da família e da comunidade, a qual ele esteja inserido.

[...] o profissional funciona como um pendula que ele seja capas de ir e vir: encontra no trabalho com outros agentes, elementos para (re) discussão do seu lugar e encontrar nas discussões atualizadas pertinentes ao seu âmbito de intervenção, os conteúdos possíveis de uma atuação interdisciplinar (MELLO; ALMEIDA, 2000, p235).

De acordo com os autores Mello; Braga (2000), dentro do trabalho interdisciplinar, o assistente social juntamente com os demais profissionais, busca constantemente inovar sua pratica, transformando o meio no qual esta inserido. Ele modifica-se de acordo com as demandas apresentadas e as informações recebidas no cotidiano do seu exercício profissional. Logo o profissional não fica estaguinado a uma forma única de atuação, mas busca moldar-se dentro do trabalho interdisciplinar de forma a executar da melhor maneira as ações necessárias para garantir avanços no exercício profissional, somando com os demais profissionais também inseridos no meio.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É nesse sentido que o presente trabalho teve como objetivo principal analisar os diferentes posicionamentos dos autores que debatem e defendem a inserção desse profissional na política de educação, foi observada a capacidade inegável de contribuição do assistente social no que se refere às suas possibilidades de trabalho, diretamente nas expressões da questão social, na garantia de direitos pertinentes aquele público. Na atuação desse profissional abrange também a família e a sociedade como um todo na elaboração e implantação de projetos mobilização e orientação dos usuários.

A inserção do Serviço Social na Política de Educação representa um grande desafio para o profissional que tem por possibilidade contribuir para a efetivação do direito à educação por meio de ações que promovam o acesso e a permanência da população na escola, assim como a qualidade dos serviços no sistema educacional.

Todavia, entendemos como se dá o papel de uma equipe multiprofissional da escola e como é necessário que um profissional de serviço social seja inserido nessa equipe, por contribuir trabalhando diretamente com as problemáticas sociais dos alunos, este profissional busca dá suporte para a equipe, no sentido de auxiliá-los no combate das

múltiplas expressões da questão social vivenciada pelos alunos em seu contexto familiar e social, que são refletidas na escola. Pois o trabalho do assistente social na educação é muito importante juntamente porque poderá além dos muros da escola, ou seja, irá buscar entender o contexto histórico do aluno, como é a sua convivência família e social.

É interessante que a escola entenda todo o contexto histórico, família, social que o aluno esta inserido para junto com o profissional de Serviço Social faça uma intervenção que possibilite melhorias para esse aluno dentro da escola para assim evitar evasão escolar, repetição, diminuir o índice de drogas entre outros fatores. Sendo assim o assistente social pode trabalhar também com um mediador entre a família e a escola, fazendo com que estejam mais presente no cotidiano dos alunos, favorecendo uma aproximação entre ambas as partes.

Embora seja compreendida à importância da inserção do assistente social nas escolas públicas, ainda há um grande empecilho para que haja a efetivação desse profissional nesse campo, que são desafios e as limitações que a profissão enfrenta para está inserido no âmbito escolar.

É visível o quão é relevante o profissional de serviço social para os autores trabalhados, pois os mesmos conseguem demonstrar claramente as varias possibilidades, atribuições e as competências de intervenção dos assistentes sociais nas mais amplas formas de atuação dentro das escolas, uma vez que esses se mostrem fundamental para um bom funcionamento da política educacional.

Por fim, ressalta-se que o trabalho do profissional de serviço social, tem uma contribuição diferenciada dentro da instituição escolar, pelo fato de tentar envolver a família e a comunidade para a melhoria do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. E também por trabalhar na busca pela promoção da democracia da educação fazendo uma interlocução onde possibilitará esclarecimento à população. Nesse caso o assistente social, com seu conhecimento a respeito dos direitos dos cidadãos, poderá fazer a mediação entre a escola e a comunidade, contribuindo assim para que a instituição de ensino alcance sua função social garantindo os direitos fundamentais da população.

SOCIAL SERVICE IN EDUCATION: challenges and possibilities of professional insertion in education policy.

ABSTRACT

The school space is a social environment in which each one has its reality, it is the duty of the school to prepare individuals for life in society, and for this to occur with better performance, it would be important that there was a trained professional with the educational body so it gives you with the social issues experienced in school.

Therefore, this work is a result of studies carried out about the social worker, inserted in the education policy, highlighting the theoretical notes of some authors, with the main objective of understanding the importance of the Social Worker within the institutions of regular education. Explain how this professional can contribute together with the multiprofessional team of the school, proposing methods and strategies through their technical knowledge, mediating between family-school-society. Further on, the goal is to understand the limits that the social worker faces, to be inserted in the school context, and what possibilities may contribute to actions that make education a practice of social inclusion, citizenship formation and emancipation of social subjects. Therefore, this article is based on a bibliographical research about the theme, which aims to understand what some authors have been discussing about the insertion of this professional in the school context.

Key words: Education Policy, Insertion and Multiprofessional Team.

REFERENCIAS

ABREU, M. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional.** São Paulo: Cortez, 2002

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **O Serviço Social na educação .** Revista Inscrita Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, 2000.

_____, Ney Luiz de. **A educação como direito social e a inserção dos Assistentes Sociais em estabelecimentos educacionais.** Cartilha – O Serviço Social e a Política Publica de Educação. Minas Gerais, 2005.

_____, Ney Luiz Teixeira de. **A educação e os processos políticos-pedagógicos de construção de novas formas de sociabilidade.** IN: Serviço Social e Educação. Larissa Dahmer; Ney Luiz Teixeira de Almeida (orgs.). 3 ed. – RJ: Lumen Juris, 2012.

_____, Ney Luiz Teixeira. **CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL GT DE EDUCAÇÃO:** Subsídio para o Debate sobre Serviço Social na Educação. Brasília, junho de 2011.

CFESS. Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação. Conselho Federal de Serviço Social. GT de Educação. Brasília, 2012.

ANDRADE, Marília. Serviço Social: campo de intervenção e protagonista do agir. In: KARSCH, Ursula M (org.). **Estudos do Serviço Social: Brasil e Portugal.** São Paulo: EDUC, 2005.

ALMEIDA, N. L. T. “O Serviço Social na educação”. **Revista Inscrita Conselho Federal de Serviço Social.** Brasília, ano 3, n.6, p. 19-24, jul. 2000.

BENTO, Ana Maria de O. **Percepção da equipe multidisciplinar frente à função do pedagogo numa escola de educação especial.** [2007]. Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/upload/pedagogia/TCC%20Ana%20Maria%20-%20Final.pdf>>. Acesso em 22 de maio de 2018.

BITTAR, M, BITTAR, M. **História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade.** Maringá, 2012.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS). Apresentação dos temas transversais e ética. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF,1997.

FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em Serviço Social. SP: Cortez, 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula. Saber profissional e saber institucional. 11. Ed. São Paulo, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder:** introdução a pedagogia do conflito. 13 ed. Cortez, São Paulo, 2003.

_____, Moacir. **Educar para a sustentabilidade:** uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2008.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **O Serviço Social na área da Educação.** In: Revista Serviço Social & Realidade, Franca, V. 8 N. 1, 1999.

MADEIRA, Margot Campos. **Representações sociais e decisão:** breves considerações. Educação em Questão, Natal, n. 1, [s.p], 1998.

SANTOS, A. M. “Escola e Serviço Social: juntos no enfrentamento da exclusão social”. **Revista Virtual Partes.** Disponível em: <http://www.partes.com.br/educacao/contextobrasileiro.asp>. Acesso em 22 de maio. 2009.

SOUZA, I. L. **Serviço Social na educação:** saberes e competências necessárias no fazer profissional. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Natal, 2008.

SANTOS, André Michel dos. **As contribuições do Serviço Social para a realidade escolar do Brasil.** Disponível em: <<http://meuartigo.brasile scola.com/educacao/as-contribuicoes-servicosocial-para-realidade-escolar-.htm>> Acesso em 31/05/2018.

BRASIL. Projeto de Lei nº 3688, de 02 de Novembro de 2000. Dispõe sobre a introdução de assistentes sociais e psicólogos no quadro de profissionais de educação em cada escola. Diário da Câmara dos Deputados: Poder Legislativo, 02 de Novembro 2000.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João F. de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ADJUTO, Diogo. **Nova vitória:** PL Educação é aprovado por unanimidade em comissão da Câmara. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS Disponível: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/990>>. 2013. Acesso em: 20 de maio de 2018.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Notas sobre mediações:** alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema. In: Serviço Social e Sociedade. 43. ed. São Paulo: Cortez, 1993.p 136.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.** *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil.*

São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova/>>. Acesso em: 15 de jun. 2018.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 257.